

ARTIGOS

Submetido 07-07-2021. Aprovado 11-10-2022

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editora Associada ad hoc: Marcia Dutra Barcellos

Versão traduzida | DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020230204x>

RELATO DE SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE SUPRIMENTOS NO SUL GLOBAL: O PAPEL DO FINANCIAMENTO

Supply chain sustainability reporting in the Global South: The role of funding

Informe de sostenibilidad en la cadena de suministro en el Sur global: El papel del financiamiento

Rodrigo Freire Lins¹ | rodrigofmail@gmail.com | ORCID: 0000-0002-3243-2348

Alice Erthal² | alice.erthal@fdc.org.br | ORCID: 0000-0002-0391-4364

Leonardo Marques^{3*} | lmарques@audencia.com | ORCID: 0000-0001-8960-8191

*Autor correspondente

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Coppead de Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

²Fundação Dom Cabral, Nova Lima, MG, Brasil

³Audencia Business School, Information Systems & Supply Chain Management, Nantes, França

RESUMO

Empresas lidam com a crescente pressão de stakeholders diversos para divulgar não apenas suas práticas sustentáveis, mas também a sustentabilidade da sua cadeia de suprimentos (SCS). No entanto, a forma pela qual as pressões de stakeholders são moldadas no Sul Global – caracterizado por vazios institucionais (contratação, terceirização e frágil aplicação da legislação) – é um fenômeno que tem recebido menos atenção da literatura. O estudo mapeia quais pressões de stakeholders estão associadas à divulgação de relatórios de SCS analisando um painel de dados não balanceado de 220 relatórios de sustentabilidade corporativa de 2016 a 2018 por empresas brasileiras de capital aberto. Os resultados mostram que acionistas e credores orientados para o longo prazo, o porte da empresa e a adoção da estrutura do GRI estão associados a níveis mais altos de divulgação de relatórios de SCS, enquanto as pressões públicas e regulatórias não estão associadas da mesma forma, o que embasa a lógica de vazios institucionais. Na ausência de pressões regulatórias, fontes de financiamento de longo prazo e acesso a recursos parecem emergir em associação à divulgação de relatórios de SCS.

Palavras-chave: Sustentabilidade na cadeia de suprimentos, transparência, divulgação de relatórios, stakeholder, global reporting initiative.

ABSTRACT

Companies deal with increasing pressure from multiple stakeholders to report not only their sustainable practices, but also their extended supply chain sustainability (SCS). However, the literature has paid less attention to how stakeholder pressures are shaped in the Global South characterized by institutional voids related to contracting, outsourcing, and weak legislation enforcement. This study maps which stakeholder pressures are associated with SCS reporting analyzing an unbalanced panel data of 220 corporate sustainability reports from 2016 to 2018 by Brazilian listed companies. Results show that long-term oriented shareholders and creditors, company size, and adoption of GRI guidelines are all associated with higher levels of SCS reporting, while public and regulatory pressures are not, offering support to the institutional voids rationale. In the absence or weakness of regulatory pressures, long-term funding sources and access to resources seem to step-in as associated drivers of SCS reporting.

Keywords: Supply chain sustainability, transparency, reporting, stakeholder, global reporting initiative.

RESUMEN

Las empresas se enfrentan a la creciente presión de los stakeholders para informar no solo sobre sus prácticas sostenibles, sino también sobre la sostenibilidad de su cadena de suministro (SCS). Sin embargo, la forma en que se configuran las presiones de stakeholders en el Sur Global, caracterizado por brechas institucionales (subcontratación y cumplimiento débil de la legislación), ha recibido menos atención en la literatura. Este estudio mapea qué presiones de stakeholders están asociadas con los informes de SCS mediante el análisis de un panel de datos desequilibrado de 220 informes de sostenibilidad corporativa de 2016 a 2018 de empresas brasileñas que cotizan en bolsa. Los resultados muestran que los accionistas y acreedores orientados a largo plazo, el tamaño de la empresa y la adopción de las pautas GRI están asociados con niveles más altos de divulgación de informes de SCS, mientras que las presiones públicas y regulatorias no lo están, lo que fundamenta la lógica de los vacíos institucionales. En ausencia de presiones regulatorias, las fuentes de financiamiento a largo plazo y el acceso a los recursos emergen en asociación con la divulgación de informes de SCS.

Palabras clave: Sostenibilidad de la cadena de suministro, transparencia, informes corporativos, stakeholder, global reporting initiative.

INTRODUÇÃO

A divulgação de relatórios de sustentabilidade corporativa é atualmente um tópico central. A chamada “Era da super transparência” tem levado as empresas a aprimorar seus relatórios e aumentar os riscos de fazer uma comunicação incorreta e/ou ignorar pressões externas (Austin & Upton, 2016).

Embora os relatórios corporativos que abordam questões ambientais e sociais tenham se tornado uma atividade central das empresas, uma infinidade de incidentes relacionados à sustentabilidade tem mostrado que violações em relação a esse tema geralmente acontecem na cadeia de suprimentos estendida, para além do alcance da empresa focal (Marques, 2019). Portanto, as informações dessa cadeia estendida também devem estar incluídas nos relatórios de sustentabilidade corporativa (Yadava & Sinha, 2016), que precisam trazer as questões relacionadas à sustentabilidade da cadeia de suprimentos (SCS) (Marshall et al., 2016) mesmo que as empresas ainda não divulguem adequadamente os impactos reais e potenciais causados ao longo de tal cadeia.

O aumento da complexidade da cadeia de suprimentos (Wilhelm et al., 2016) impõe uma barreira significativa a divulgação de relatórios de SCS. Em muitos casos, as empresas têm interesse nessa divulgação, porém, não possuem plena visibilidade de suas próprias cadeias de suprimentos (Sodhi & Tang, 2019). Além disso, como os impactos mais relevantes de tais cadeias ocorrem em países em desenvolvimento, diferentes stakeholders com características específicas – como regulamentações mais permissivas – influenciam no nível de responsabilidade na prestação de contas, e, conseqüentemente, no nível de transparência das empresas.

Como resposta aos efeitos combinados das demandas de transparência e da complexidade da cadeia de suprimentos, as empresas devem mapear a pressão dos stakeholders para estabelecer prioridades. O quanto as empresas podem abordar e comunicar questões ambientais e sociais é um reflexo de como elas percebem a atenção que seus principais stakeholders dedicam a essas preocupações (Yadava & Sinha, 2016). As empresas bem-sucedidas devem mudar sua abordagem de um foco de curto prazo e orientado unicamente a aspectos econômicos para uma abordagem multifocal e de longo prazo, que equilibre e incorpore os objetivos de vários stakeholders (Reimsbach et al., 2019). O caminho para a confecção de um relatório de sustentabilidade corporativa eficaz é bastante duro, o que enseja metodologias de apoio como é o caso da *Global Reporting Initiative* (GRI). A GRI oferece orientações às empresas sobre a divulgação aos stakeholders de como elas lidam com seus temas materiais. As cadeias de suprimentos são um elemento de particular preocupação na estrutura dos relatórios GRI (Islam et al., 2016).

É notório que os stakeholders desempenham um papel fundamental na divulgação de relatórios de SCS (Sodhi & Tang, 2019), e que empresas pioneiras tendem a adotar estruturas de apoio como as oferecidas pela GRI. No entanto, pouco se sabe sobre quais tipos de stakeholders impõem mais pressão sobre relatórios de SCS (Okongwu et al., 2013) e sabe-se ainda menos sobre

divulgações para além do observado no Norte Global, já que a maioria das pesquisas sobre esse tema não incluiu questões relacionadas à cadeia de suprimentos e tem por foco o contexto do Norte Global (Kuzey & Uyar, 2017). Assim, o presente estudo busca preencher uma lacuna na literatura sobre a divulgação de relatórios de SCS com atenção no Sul Global – uma região essencial na discussão sobre impactos ambientais e sociais, já que se caracteriza por vazios institucionais que remodelam a forma como pode-se abordar a SCS (Barkemeyer et al., 2015; Silvestre, 2015).

Vazios institucionais produzem incertezas que são o resultado do fraco controle sobre os contratos de terceirização, da mão de obra destreinada e da falta de aplicação da legislação existente (Marques et al., 2021). Esses vazios institucionais estão todos altamente relacionados a SCS e sua existência permite que as empresas se envolvam impunemente em práticas contestáveis relacionadas a cadeia de suprimentos (Khanna & Palepu, 1997). Os vazios institucionais também podem dar nova forma a coexistência das pressões dos stakeholders (por exemplo, as pressões do poder público podem ser fracas enquanto as de agentes privados podem ser fortes), mas esse aspecto ainda precisa ser mais bem estudado. O presente estudo parte da seguinte questão de pesquisa:

Quais pressões dos stakeholders estão associadas a níveis mais altos de divulgação de relatórios de sustentabilidade da cadeia de suprimentos (SCS) no contexto dos vazios institucionais?

A seção a seguir apresenta a base teórica sobre relatórios de sustentabilidade corporativa, relatórios de SCS e pressões dos stakeholders. A partir dessa base são desenvolvidas as hipóteses sobre a influência dos stakeholders na divulgação de relatórios de SCS quando considerado o contexto de vazios institucionais. Nas seções seguintes apresentamos o método de pesquisa, fundamentando a escolha do Brasil como representante do Sul Global. Essa escolha é tem dois motivos principais. Em primeiro lugar, pesquisas anteriores mostraram que vazios institucionais influenciam a SCS no Brasil (Silvestre, 2015). Em segundo lugar, o mercado de ações brasileiro é bem desenvolvido e permite a coleta de dados robustos sobre empresas de capital aberto que divulgam relatórios anuais de sustentabilidade corporativa (em 2020, o Brasil era o 14º mercado de ações do mundo e o 8º entre os países do Sul Global). O método consiste ainda na análise de conteúdo, que usa um modelo misto e é adotada para examinar 220 relatórios de sustentabilidade lançados no período 2016-2018. Por fim, as implicações do estudo para a teoria e a prática são delineadas, destacando-se o papel-chave de duas fontes de financiamento como impulsionadoras da divulgação de relatórios de SCS, a pressão de acionistas (via participação em índices de sustentabilidade do mercado de ações) e credores (via perfil de dívida de longo prazo). A perspectiva complementar de acesso a recursos é representada pelo porte da empresa e pela adoção de diretrizes da GRI, que parecem interligados já que a adesão aos padrões da GRI demanda financiamento e tempo para aquisição e implementação do conhecimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Divulgação de relatórios de sustentabilidade na cadeia de suprimentos

A atividade de gestão da cadeia de suprimentos (GCS) foi definida por [Mentzer et al. \(2001\)](#) como “a coordenação sistêmica e estratégica das funções de negócios tradicionais e as táticas entre essas funções dentro de uma empresa em particular e entre os negócios em meio a cadeia de suprimentos, para aprimorar o desempenho de longo prazo das empresas individuais e da cadeia de suprimentos como um todo” (p. 18). A definição enfatiza a coordenação de objetivos comuns entre a empresa focal e seus fornecedores, mas, historicamente, o objetivo da GCS tem se limitado ao desempenho econômico. No entanto, desde 2008, a literatura tem abordado de maneira crescente a relação entre sustentabilidade e GCS, dando origem ao termo GCS sustentável (GCSS) ([Carter & Rogers, 2008](#)), compreendido como “a integração estratégica transparente e a realização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos de uma organização na coordenação sistemática dos principais processos de negócios interorganizacionais para a melhoria do desempenho econômico de longo prazo da empresa e de suas cadeias de suprimento” (p. 368). A definição do GCSS expande, assim, a noção de desempenho comum para a interseção com o desempenho ambiental, social e econômico.

De maneira complementar, a sustentabilidade na cadeia de suprimentos (SCS) reflete os esforços equilibrados da empresa para fazer com que a cadeia de suprimentos estendida atenda aos padrões de sustentabilidade ([Bird et al., 2019](#)). A divulgação eficaz de relatórios de SCS pode “prevenir ou reduzir danos à reputação causados pela exposição pública de práticas inaceitáveis de fornecedores ou por suprimento de origem indesejada” ([Sodhi & Tang, 2019, p. 2950, tradução nossa](#)). As boas práticas relacionadas à SCS são, entre outras, o fornecimento justo, condições de contratação transparentes, e colaboração com fornecedores para apoiar sua adesão aos padrões de sustentabilidade. [Wilhelm et al. \(2016\)](#) e [Huq e Stevenson \(2018\)](#) discutem os desafios de difundir tais práticas e padrões em cadeias de suprimento cada vez mais complexas e, quanto mais complexas se tornam, maior o número de fornecedores para impor novos padrões de sustentabilidade e maiores as pressões dos stakeholders, que podem ser conflitantes. Portanto, as empresas têm dificuldade em definir exatamente quais preocupações sociais e ambientais devem priorizar.

O caminho comumente trilhado pelas empresas para incorporar e priorizar as preocupações sociais e ambientais ao longo de suas cadeias de suprimentos tem sido ouvir as demandas dos stakeholders. Assim, as pressões advindas desses atores se tornam uma força motriz fundamental para a adoção da SCS. Em outras palavras, as empresas mapeiam os riscos para a sustentabilidade que precisam ser abordados de acordo com as pressões que recebem de vários stakeholders ([Reimsbach et al., 2019](#)). A má interpretação de uma demanda de um stakeholder pode ser uma fonte de risco em si, enquanto, por outro lado, a escuta efetiva e a resposta eficaz às suas demandas pode ajudar as empresas na comunicação do que foi implementado ou está em processo de implementação.

Para garantir a qualidade em seus relatórios de SCS, as empresas frequentemente recorrem a padrões como os oferecidos pela GRI, demonstrando seu compromisso com os parâmetros mais altos de integridade pública (Islam et al., 2016). As diretrizes da GRI enfatizam a importância de relatar tópicos relevantes para os stakeholders. Sua estrutura influencia a forma como as empresas respondem às pressões desses atores por meio de relatórios, garantindo credibilidade e comparabilidade das informações, tornando-as mais tangíveis (Yadava & Sinha, 2016), reduzindo incertezas e colaborando com os analistas financeiros na geração de previsões mais precisas (García-Sánchez et al., 2019a). A GRI enfatiza a importância de divulgar questões relacionadas à cadeia de suprimentos, porém, muitas empresas ainda não fornecem relatórios quantitativos e qualitativos de suas cadeias (Rashidfarokhi et al., 2018), sendo que informações limitadas dificultam o acesso aos dados tanto para pesquisadores quanto para a sociedade como um todo (Jia et al., 2018).

Existe ainda outro desafio para a divulgação de relatórios de SCS quando se trata da realidade do Sul Global. Barkemeyer et al. (2015) e Silvestre (2015) afirmam que as empresas nesse contexto enfrentam vazios institucionais que dificultam e reformulam a SCS. Vazios institucionais denotam falta de clareza na aplicação de contratos de terceirização, mercado de trabalho subdesenvolvido e fraca aplicação da regulamentação existente, o que alimenta a turbulência e a incerteza – menos presentes no Norte Global. Esses vazios institucionais dão margem para que as empresas se envolvam impunemente em corrupção, informalidade e outras práticas indesejadas na cadeia de suprimentos (Khanna & Palepu, 1997). Compreender as características regionais é, portanto, fundamental para entender os relatos de SCS de forma global (Gold et al., 2017). No entanto, apesar das diferenças na realidade global das cadeias de suprimentos, as pesquisas existentes têm dedicado mais atenção aos países do norte (Jia et al., 2018; Kuzey & Uyar, 2017; Silvestre, 2015) e, portanto, há uma falta de compreensão de como as empresas traduzem as pressões dos stakeholders em relatórios de SCS numa realidade onde prevalecem vazios institucionais.

Na subseção abaixo exploramos os diferentes tipos de pressões de stakeholders que podem levar as empresas a adotar a divulgação de relatórios de SCS.

Pressões de Stakeholders e divulgação de relatórios de SCS

Os relatórios de sustentabilidade corporativa podem apoiar o desenvolvimento interno, favorecendo o alinhamento e ajudando as empresas a detectar e corrigir práticas inadequadas na cadeia de suprimentos (García-Sánchez et al., 2019b). Mas o principal objetivo desses relatórios tem sido diminuir a assimetria de informações entre a empresa e os stakeholders, legitimar a resposta às suas demandas (Fuente et al., 2017) e mostrar comprometimento (Okongwu et al., 2013). Entre os principais stakeholders estão clientes, colaboradores, reguladores, investidores, concorrentes, e organizações da sociedade civil (ONGs) (Miniaoui et al., 2019) (Hahn et al., 2015; Tate et al., 2010). O envolvimento com essa ampla gama de grupos de interesse pode diminuir os riscos legais e financeiros e melhorar a reputação (Rashidfarokhi et al., 2018). Antecipar as

demandas deles por meio de relatórios pode não apenas mitigar os riscos, mas também sustentar a vantagem competitiva ao lidar com pressões (Marshall et al., 2016).

Estudos anteriores tiveram como objetivo estabelecer conexões entre as pressões dos stakeholders e os relatórios de sustentabilidade corporativa. A maioria encontrou uma relação positiva entre os dois, em estudos envolvendo pressões por parte de clientes (Okongwu et al., 2013; Vitolla et al., 2019), investidores (Chithambo et al., 2020; Fernandez-Feijoo et al., 2014; Vitolla et al., 2019) e colaboradores (Fernandez-Feijoo et al., 2014; Vitolla et al., 2019). No entanto, pesquisas sobre a influência dos stakeholders na divulgação de relatórios e focados nas questões relacionadas a cadeia de suprimentos são limitadas (Dubey et al., 2017), assim como o são os estudos que levam em consideração as particularidades do Sul Global (elementos capazes de dar novas formas a essas pressões).

O primeiro grupo de stakeholders-chave é formado pelos clientes, que “buscam informações sobre o impacto ambiental da produção, saúde e segurança do cliente, marketing e rotulagem, e privacidade” (Vitolla et al., 2019, p. 1596). Esses elementos são particularmente importantes para empresas que são conhecidas pela sua proximidade com o consumidor final (Fernandez-Feijoo et al., 2014). Tais empresas são mais facilmente percebidas e pressionadas por sua base de consumidores. Pesquisas anteriores encontraram uma relação positiva entre as pressões do cliente e a divulgação de relatórios (Okongwu et al., 2013; Vitolla et al., 2019).

A pesquisa sobre cadeias de suprimentos também revelou que as empresas mais próximas dos consumidores finais sofrem maior pressão para adotar a SCS (Schmidt et al., 2017). Ao observar o Sul Global, pesquisas mostram que os clientes podem ter acesso limitado ou inóspito às informações sobre as empresas, o que os torna incapazes de fazer um julgamento sobre a transparência dessas organizações (Marques et al., 2021). Portanto, classificar as empresas de acordo com sua proximidade com os consumidores finais pode servir como um proxy para investigar se a pressão feita pelos clientes está positivamente associada a divulgação de relatórios de SCS.

H1: A pressão do cliente está positivamente associada a divulgação de relatórios de SCS.

O segundo grupo chave de stakeholders é composto por organizações da sociedade civil (ONGs). O cenário de atuação das empresas mudou decisivamente devido à força emergente de tais entidades. As ONGs podem se concentrar em uma infinidade de prioridades e algumas são mais influentes para as empresas focais do que outras. Essas instituições podem ser agrupadas sob os dois principais elementos da sustentabilidade: ONGs com preocupações sociais e ONGs ambientais.

As ONGs ambientais visam aumentar a sensibilidade dos cidadãos com relação ao tema (Vitolla et al., 2019). Essa pressão certamente afeta indústrias diferentes de maneiras também diferentes. É razoável acreditar que a pressão para a divulgação de relatórios de SCS com informações sobre impactos ambientais seja maior no caso das empresas percebidas como as principais poluidoras ou emissoras de gases de efeito estufa. Alguns estudos investigaram a

influência das ONGs ambientais nos relatórios de sustentabilidade, mostrando que há uma relação positiva entre a atividade das organizações e a divulgação de relatórios (Huang & Kung, 2010; Vitolla et al., 2019).

Em vez de preocupações ambientais, algumas ONGs se dedicam a discutir questões sociais, sendo que as condições de trabalho se destacam como um dos mais importantes elementos nas cadeias de suprimentos (Stevenson & Cole, 2018). De acordo com o *Global Slavery Index* (Índice Global de Escravidão) (The Minderoo Foundation, 2018), 24,9 milhões de pessoas em todo o mundo estavam submetidas às condições de trabalho forçado em 2016. Isso ocorre como resultado da ação de fornecedores, em todo o mundo, que podem preferir ganhos econômicos de curto prazo em detrimento às melhorias sociais (Huq & Stevenson, 2018), e é observado principalmente entre aqueles fornecedores que atuam sob incentivos de alta produtividade devido à pressão de compradores (Bird et al., 2019). Portanto, as cadeias de suprimentos estão no centro da escravidão moderna e das más condições de trabalho. As empresas compradoras impõem ganhos de produtividade e “fecham os olhos” para práticas contestáveis e condições de trabalho precárias por parte do fornecedor, muitas vezes justificando essas práticas com argumentos como falta de visibilidade e controle (Marques et al., 2021).

Muitas vezes, um setor da indústria melhora enquanto outro se deteriora. Em Bangladesh, por exemplo, após o desastre do Rana Plaza, Huq e Stevenson (2018) descobriram que o trabalho infantil foi transferido da indústria de vestuário para outras atividades mais prejudiciais, como a construção civil. No Brasil, outro exemplo, embora a parceria entre o Ministério Público do Trabalho e a OIT tenha se intensificado nos últimos anos, o desafio do trabalho irregular ainda é um problema a ser superado (SmartLab MPT/OIT, 2017). À medida que a pressão das ONGs cresce, as empresas se envolvem cada vez mais em processos para melhorar sua transparência em relação a SCS (Benstead et al., 2018).

Assim, pode-se hipotetizar uma associação positiva entre as dimensões (social e ambiental) da pressão das ONGs e a divulgação de relatórios de SCS.

H2: A pressão ambiental das ONGs está positivamente associada à divulgação de relatórios de SCS.

H3: A pressão social das ONGs está positivamente associada à divulgação de relatórios de SCS

Os relatórios de sustentabilidade corporativa muitas vezes resultam da pressão dos acionistas. Acionistas conscientes, acionistas ativistas e acionistas orientados para o longo prazo são termos usados para descrever aqueles que exigem que a empresa apresente níveis mais altos de atendimento a padrões e regulações e que estão cada vez mais interessados em reforçar uma estratégia de investimento de longo prazo por meio do financiamento de empresas que possam dar evidências de atuação voltada à sustentabilidade e a SCS (Chithambo et al., 2020; Fernandez-Feijoo et al., 2014; Vitolla et al., 2019). Vitolla et al. (2019), por exemplo, indicam uma influência

positiva dos acionistas na qualidade da divulgação de seus relatórios, mas a métrica dos autores considerava a concentração de acionistas, em linha com [Chithambo et al. \(2020\)](#). Uma perspectiva alternativa seria considerar a orientação de longo prazo dos acionistas, capturada por rankings de mercado de ações orientados para a sustentabilidade.

Da mesma forma que os acionistas são fontes de pressão, os credores também podem pressionar pela divulgação de relatórios de SCS ([Chan et al., 2013](#)). Em empresas mais alavancadas, com maior nível de dívida em relação à geração de caixa, os credores se tornam mais influentes, exigindo maior monitoramento de comportamentos oportunistas e integridade, evitando penalidades e multas futuras ([Huang & Kung, 2010](#)). Pesquisas anteriores encontraram evidências conflitantes: [Chithambo et al. \(2020\)](#) encontraram uma relação negativa, enquanto [Chan et al. \(2013\)](#), uma relação positiva. Comum a ambos os estudos, a pressão do credor foi medida em termos da razão entre dívida e patrimônio líquido. Voltamos nossa atenção para dois ângulos diferentes: Primeiro, olhamos para a dívida de longo prazo como um sinal de credor com uma orientação de longo prazo. Esses credores podem tender a se envolver com as empresas beneficiárias por meio de uma abordagem estratégica, em vez de transacional, e isso pode levar a pressões mais fortes pela divulgação de relatórios de SCS. Em segundo lugar, nos concentramos em um único país para evitar influências institucionais que não podem ser controladas.

Em conjunto, a pressão dos acionistas e a dos credores representam a recente tendência ESG (siga para ambiental, social e governança, em inglês) na análise de investimentos a longo prazo. Pesquisas anteriores mostraram que diferentes tipos de investidores podem impactar a divulgação de relatórios de maneira diferente ([García-Sánchez et al., 2020](#)) e, portanto, hipotetizamos que tanto os acionistas quanto os credores, quando adotando uma orientação de longo prazo, devem estar positivamente associados a divulgação de relatórios de SCS.

H4: A pressão dos acionistas orientada para o longo prazo está positivamente associada a divulgação de relatórios de SCS.

H5: A pressão dos credores orientada para o longo prazo está positivamente associada a divulgação de relatórios de SCS.

O quarto grupo de stakeholders é representado pelos governos. A regulação pode desempenhar um papel central na promoção das práticas de divulgação de relatórios dado seu poder sobre as empresas ([Vitolla et al., 2019](#)). Instituições governamentais podem multar empreendimentos que desrespeitam as normas socioambientais ou até mesmo impor a interrupção de atividades das empresas. Pesquisas mostram que níveis mais altos de divulgação ambiental estão positivamente relacionados às multas pagas por infrações à legislação ambiental ([Huang & Kung, 2010](#)). Por isso, espera-se que as empresas que são penalizadas por órgãos governamentais e sob maior pressão regulatória sejam mais propensas a participar ativamente na divulgação de relatórios de SCS. Assim como as exigências ambientais, as empresas que não atendem às

exigências sociais regulatórias – como condições de trabalho, por exemplo – também podem enfrentar penalidades e propaganda negativa (Chithambo et al., 2020).

No entanto, ao direcionar a atenção da pesquisa para o Sul Global, espera-se que as pressões governamentais possam ser menores devido a vazios institucionais relacionados à fraca legislação de contratação e espaço para negligência em esquemas de terceirização (Khanna & Palepu, 1997). As empresas que operam no Sul Global podem navegar em um contexto onde a regulação é fraca e, mesmo quando existente, sofre de limitada fiscalização, permitindo corrupção e informalidade (Marques et al., 2021). Embora se entenda que haja menos pressão governamental em geral, para os setores sob escrutínio regulatório específico (como mineração, por exemplo) espera-se um efeito positivo na divulgação de relatórios de SCS, tanto nas frentes ambientais quanto sociais.

H6: A pressão ambiental do governo está positivamente associada a divulgação de relatórios de SCS.

H7: A pressão social do governo está positivamente associada a divulgação de relatórios de SCS.

O último grupo de stakeholders refere-se ao interno – ou seja, os colaboradores. Pesquisas anteriores mostraram que os funcionários podem influenciar a SCS (Meixell & Luoma, 2015), sendo que Vitolla et al. (2019) descobriram que a pressão dos colaboradores afetou a qualidade da divulgação de relatórios integrados entre empresas de diferentes setores e regiões. O mesmo resultado foi encontrado por Huang e Kung (2010), que afirmaram que os trabalhadores têm o poder de fazer uso dos sindicatos organizados para “garantir que suas vozes cheguem aos níveis gerenciais da empresa” (Huang & Kung, 2010, p. 440, tradução nossa). Além disso, os sindicatos contribuem para condutas e práticas trabalhistas mais integradas entre os fornecedores (Bird et al., 2019).

Uma vez que pesquisas empíricas anteriores (entre diferentes países ou focadas no Norte Global) mostraram uma influência positiva da pressão dos colaboradores relacionada à sindicalização, em países onde prevalecem vazios institucionais o papel dos sindicatos tende a ser frágil ou incipiente (Khanna & Palepu, 1997). Embora a pressão dos colaboradores também possa estar presente, a frágil regulamentação pode prejudicar sua eficácia – portanto, mais pesquisas são necessárias sobre esse tópico. Nossa hipótese é que a pressão dos funcionários estará positivamente associada a divulgação de relatórios de SCS.

H8: A pressão dos colaboradores está positivamente associada a divulgação de relatórios de SCS.

Além das pressões dos stakeholders discutidas anteriormente, um fator chave final está relacionado à adoção da GRI como uma estrutura para confeccionar relatórios de SCS. Essa

adoção tem sido utilizada como ferramenta para acessar dados de boa qualidade e homogeneizar a amostra (Fernandez-Feijoo et al., 2014), além de apontada como um indicador de níveis mais elevados de divulgação de relatórios (Tran & Beddewela, 2020). Níveis mais altos de divulgação de sustentabilidade foram correlacionados positivamente com a adoção da GRI (Kuzey & Uyar, 2017). Islam et al. (2016), por exemplo, encontraram uma diferença significativa nos níveis de divulgação após a adesão de seis grandes bancos ao GRI. Barkemeyer et al. (2015) constataram que a GRI promoveu a disseminação de relatórios de sustentabilidade globalmente, principalmente em países asiáticos e sul-americanos. Tais evidências sugerem um impacto significativo e positivo da adoção da GRI na divulgação de relatórios de SCS.

H9: A adoção da GRI está positivamente associada a divulgação de relatórios de SCS.

METODOLOGIA

Método de pesquisa

Esta pesquisa enquadra o Brasil como um exemplo do que ocorre no Sul Global devido a: (a) pesquisas existentes que mostram como os vazios institucionais remodelam a SCS no país, (b) a disponibilidade de relatórios de sustentabilidade corporativa de empresas de capital aberto e (c) a escala de adoção de GRI como padrão entre essas empresas listadas no mercado de ações (GRI, 2013). Para avaliar o nível de divulgação de relatórios de SCS, uma análise de conteúdo de método misto foi realizada.

Primeiro, palavras-chave específicas foram definidas para refletir quanta atenção cada relatório havia dado a SCS. A seleção de palavras-chave reflete aquelas palavras consideradas determinantes da GCS, em consonância com revisões de literatura anteriores (Marques, 2019) e análise temática (Tate et al., 2010). A única diferença das listas utilizadas anteriormente foi a eliminação do termo “*supply network*” (rede de fornecimento), pois em português ele não é usado, e a adição de “*third-party*” (um terceiro), que da mesma forma é amplamente utilizado em português para referir-se a fornecedores. A lista final foi composta por: (tanto em inglês quanto em português): *suppl** (fornec*), *sourcing* (suprimento), *purchas** (compra*), *procurement* (contrata*), *outsource** (terceiriz*), *third-party/third party*.

A busca por palavras-chave foi seguida de uma avaliação qualitativa do significado das palavras para evitar seu uso indevido. Essa limpeza qualitativa dos dados eliminou palavras que não estavam relacionadas a SCS. Por exemplo, as menções relacionadas a “contrata*” foram frequentemente associadas a políticas de contratação de recursos humanos não relacionadas ao GCS, portanto excluídas. Em caso de dúvida, a leitura foi ampliada para parágrafos anteriores e posteriores da palavra identificada para melhor avaliação. Alguns títulos ou subtítulos, sem maior contextualização, também foram ignorados. O número de menções em cada relato após esse laborioso processo foi o que consideramos como o número de palavras da empresa relacionados a SCS.

A perspectiva dos stakeholders foi obtida através de uma busca dos setores mais críticos em termos de impacto social, econômico e ambiental, de acordo com o relatório GRI (2013) Topics. O GRI (2013) Topics foi um estudo que envolveu 194 organizações diferentes, representando todos os tipos de grupos de stakeholders, listando 1.612 temas materiais para 52 grupos de atividades empresariais e apoiado em mais de 600 fontes documentais (GRI, 2013). Entre os stakeholders incluídos, o relatório menciona “associações empresariais, representantes de trabalhadores, organizações da sociedade civil, usuários da informação e especialistas” (GRI, 2013, p. 8, tradução nossa). Este estudo ajudou a limitar o número de setores abrangidos pela presente investigação.

Definição da amostra

As mesmas palavras-chave utilizadas para analisar os relatórios de sustentabilidade foram adotadas para pesquisar os setores mais críticos em termos de impacto social, econômico e ambiental relacionados no relatório GRI Topics (GRI, 2013). No total, 159 dos 1.612 tópicos sensíveis cobertos pelo relatório estavam relacionados a questões de SCS, e 150 foram considerados uma vez que nove deles foram excluídos por não lidar diretamente com SCS (por exemplo, gestão de materiais). Assim, foram considerados inicialmente os setores com pelo menos um tópico relacionado a SCS, reduzindo o leque de setores de 52 para 33.

Dos 33 setores inicialmente considerados, oito foram excluídas. Por exemplo, o relatório GRI Topics mostrou as preocupações levadas por stakeholders de ONGs e órgãos públicos, mas esses dois setores foram excluídos do estudo uma vez que não negociam ações e não têm obrigações em relação a total transparência nas informações internas. Os outros casos de exclusão de setores ocorreram principalmente devido a ausência de relatórios por parte das empresas (caso dos setores de mídia, software e serviços). Em seguida, foi feita uma análise para comparar os 25 setores restantes obtidos do GRI Topics, com a classificação de setores adotada pela bolsa de valores do Brasil. O procedimento foi feito com base na descrição das atividades econômicas, resultando em uma amostra potencial de 275 empresas listadas.

A etapa final foi a exclusão de empresas de setores de SCS sensíveis, mas que não divulgaram relatórios ou não apresentaram informações abrangentes de SCS, ou seja, apresentaram declarações curtas com pouca abrangência nessas questões, não configurando relatórios de sustentabilidade corporativa. A amostra final foi composta por 220 relatórios apresentados por 88 empresas listadas no mercado de ações brasileiro (32% do total de 275). Tanto os relatórios de sustentabilidade quanto os relatórios anuais/integrados foram baixados dos sites das empresas e/ou do Banco de Dados da GRI. A coleta de dados foi realizada entre 25 de maio e 7 de junho de 2020, com o intuito de compilar três anos de dados em painel. Em maio de 2020, muitas empresas ainda não haviam divulgado seus relatórios, pois o surto de COVID-19 atrasou significativamente os relatórios corporativos no início de 2020. Assim, o conjunto de dados final abrange os anos de 2016, 2017 e 2018. Relatórios em língua portuguesa e inglesa foram considerados válidos. A Tabela 1 apresenta a demografia da amostra por setores e anos.

Tabela 1. Amostra de dados – Número de relatórios por ano e setor industrial

Setor	Número de empresas	Relatórios por Ano			Total de relatórios
		2016	2017	2018	
Bancos, finanças diversas e seguros	17	14	15	16	45
Processamento de alimentos e bebidas	6	5	6	6	17
Petróleo e gás	5	5	5	4	14
Varejo	6	4	5	5	14
Produção de alimentos de origem agrícola e animal	4	4	4	4	12
Produtos florestais e de papel	5	4	5	3	12
Mineração	5	3	5	4	12
Serviços de telecomunicações	4	4	4	4	12
Automóveis e componentes	5	3	4	2	9
Produtos duráveis de consumo doméstico e pessoal	3	2	3	3	8
Serviços de educação	4	2	2	4	8
Biotecnologia farmacêutica e ciências da vida	3	3	3	2	8
Transporte terrestre por trilhos e rodovias	2	2	2	2	6
Produtos químicos	2	2	2	1	5
Engenharia de construção e construção de habitações	3	3	1	1	5
Materiais e produtos para construção	2	2	2	1	5
Transporte terrestre por caminhões	2	1	2	2	5
Equipamentos elétricos e usinagem	2	1	2	1	4
Varejo de alimentos e produtos básicos para consumidores	2	1	1	2	4
Defesa e aeroespacial	1	1	1	1	3
Companhias de transporte aéreo	1	1	1	1	3
Tecnologia de equipamentos e semicondutores	1	1	1	1	3
Empresas comerciais e distribuidoras de serviços e suprimentos	1	1	1	1	3
Têxtil, vestuário, calçados e artigos de luxo	1	1	1	-	2
Serviços profissionais	1	-	-	1	1
Total	88	70	78	72	220

A amostra foi composta por dados de painel curto não balanceados. O setor mais representativo foi Bancos, Finanças Diversas e Seguros, com a contribuição de 45 relatórios de sustentabilidade de 17 empresas diferentes. Os relatórios são razoavelmente equilibrados ao longo dos três anos.

Definição das variáveis

As hipóteses foram operacionalizadas por regressão múltipla com o objetivo de conhecer quais são as pressões dos stakeholders que influenciam a divulgação de relatórios de SCS.

A variável dependente, aqui chamada de menções da cadeia de suprimentos (MençõesCS), consistiu no número total de citações dos termos pré-definidos apresentados anteriormente como palavras-chave, com posterior análise qualitativa caso as palavras estivessem de fato relacionadas a SCS. Em uma segunda etapa, a quantidade de citações foi transformada em uma escala logarítmica natural para controlar as diferenças no tamanho dos relatórios – assumindo que relatórios mais longos naturalmente possuem um maior número de citações. Isso permitiu que a distribuição da variável dependente acomodasse uma possível influência da variabilidade no tamanho do relatório e fosse significativamente menos assimétrica – a subseção de estatística descritiva (Tabela 3), mostra que a variável MençõesCS apresentou quase os mesmos valores médios e medianos, somados a um desvio padrão próximo de 1.

Tabela 2 apresenta as variáveis independentes e as variáveis de controle.

Tabela 2. Lista de variáveis independentes e variáveis de controle

Variável independente	Termo Utilizado	Nível da Análise	Proxy	Cálculo	Referência / Fonte
Pressão dos Clientes	Cliente	Setor da indústria	1 se setor de proximidade ao consumidor, 0 caso contrário	Setores de proximidade ao consumidor: serviços públicos de energia, serviços financeiros, saúde, produtos domésticos e pessoais, gerenciamento de resíduos, varejistas, telecomunicações, têxteis e vestuário, produtos de alimentos e bebidas e serviços públicos de água	Fernandez-Feijoo et al. (2014); Sweeney e Coughlan (2008); Vitolla et al. (2019)
Pressão de ONGs ambientais	ONGAmb	Setor da indústria	1 se setor ambientalmente sensível, 0 caso contrário	Setores da indústria passíveis de impacto ambiental: agricultura, automotiva, química, construção, materiais de construção, energia (petróleo e gás), serviços públicos de energia, produtos florestais e de papel, produtos metálicos, mineração, têxteis e vestuário e serviços públicos de água	Branco e Rodrigues (2008); Fernandez-Feijoo et al. (2014); Huang e Kung (2010); Kuzey e Uyar (2017); Okongwu et al. (2013); Sweeney e Coughlan (2008); Vitolla et al. (2019)
Pressão de ONGs sociais	ONGSoc	Setor da indústria	1 para indústrias com o maior número de pessoas resgatadas da escravidão moderna trabalhando, 0 caso contrário	Indústrias modernas com recorrentes casos de escravidão: agricultura, construção, produtos florestais e de papel, mineração, têxteis e vestuário	Repórter Brasil (n.d.); SmartLab MPT/OIT (2017); The Minderoo Foundation (2018)
Pressão dos Acionistas	Acionista	Empresa	1 se membro do ISE durante o ano, 0 caso contrário	Lista de índice ISE	B3 (n.d.)

Continua

Tabela 2. Lista de variáveis independentes e variáveis de controle

Conclusão

Variável independente	Termo Utilizado	Nível da Análise	Proxy	Cálculo	Referência / Fonte
Pressão dos Credores	Credor	Empresa	Dívida de longo prazo	Relação dívida de longo prazo/patrimônio	Economática
Pressão Ambiental do Governo	GovAmb	Empresa	1 se a empresa sofreu alguma multa aplicada pelo IBAMA durante o ano, O caso contrário	O IBAMA é um instituto brasileiro responsável por monitorar e fiscalizar as atividades ambientais e exercer políticas nacionais sobre questões ambientais	Huang e Kung (2010) Data - IBAMA (n.d.)
Pressão Social do Governo	GovSoc	Setor da indústria	Logaritmo natural do número de multas aplicadas devido a penalidades trabalhistas por ano	Multas aplicadas devido a multas trabalhistas por ano	Ministério da Economia do Brasil (s.d.).
Pressão dos Colaboradores	Colaborador	Setor da indústria	Taxa de adesão ao sindicato (%) por ano	Informações fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2018), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	IBGE (2019)
Adoção GRI	GRI	Empresa	1 se relatório baseado em GRI, O caso contrário	Relatórios de sustentabilidade corporativa	Kuzey e Uyar (2017); Tran e Beddewela (2020)
Porte da empresa	Porte	Empresa	Logaritmo natural do total de colaboradores	Colaboradores no relatório	Gamerschlag et al. (2011); Lo et al. (2014) Dados - Sites corporativos/relatórios de sustentabilidade
Ano 2016	Ano_2016	Empresa	1 se a empresa reportou em 2016, O caso contrário	Ano da divulgação	Relatórios de sustentabilidade corporativa
Ano 2017	Ano_2017	Empresa	1 se a empresa reportou em 2017, O caso contrário	Ano da divulgação	Relatórios de sustentabilidade corporativa
Ano 2018	Ano_2018	Empresa	1 se a empresa reportou em 2018, O caso contrário	Ano da divulgação	Relatórios de sustentabilidade corporativa

Algumas variáveis não se modificam ao longo do tempo – Cliente, ONGAmb e ONGSoc. Outro fator é a variação dentro das empresas (Acionista, Credor, GovAmb, GRI e Porte) ou apenas dentro das indústrias (Cliente, ONGAmb, ONGSoc, GovSoc e Colaborador). As informações financeiras, incluindo dívida de longo prazo (DivLP) e patrimônio líquido foram coletadas na base de dados Economática. Escolhemos DivLP em vez de toda a estrutura de dívida (dívida de curto + longo prazo), que é mais proeminente na literatura (Chithambo et al., 2020; Kalu et

al., 2016; Kuzey & Uyar, 2017), pois os detentores de dívidas de curto prazo não necessariamente têm poder e interesse suficientes para mudar as políticas corporativas em relação às ações de sustentabilidade de longo prazo.

Alguns proxies tiveram que ser adaptados à realidade brasileira, como no caso da pressão governamental. A obrigatoriedade de as empresas divulgarem o desempenho ambiental e social não se aplica à realidade do país, pois esse tipo de relatório de sustentabilidade não é obrigatório por lei. Nesse sentido, foram definidas medidas alternativas para avaliar a aplicação da regulamentação às empresas. Para medir a pressão do GovAmb foi aplicado um código binário, dada a dispersão dos dados (ou seja, algumas empresas tiveram altas quantias de multas enquanto outras nunca foram punidas). A perspectiva social para a pressão das ONGs tem sua inclusão justificada pois a maioria dos estudos apenas operacionaliza essa pressão específica de stakeholders sobre indústrias com maior impacto sobre o meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resultados descritivos e testes estatísticos

As estatísticas descritivas para as variáveis incluídas no modelo são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3. Estatísticas descritivas das variáveis

Variáveis	Mínimo	Média	Mediana	Máxima	Desvio Padrão
MençõesCS	0,00	3,66	3,81	5,74	1,10
Cliente	0,00	0,50	0,50	1,00	0,50
ONGAmb	0,00	0,42	0,00	1,00	0,50
ONGSoc	0,00	0,27	0,00	1,00	0,45
Acionista	0,00	0,25	0,00	1,00	0,44
Credor	-23,70	1,92	0,92	110,96	7,96
GovAmb	0,00	0,25	0,00	1,00	0,44
GovSoc	7,50	9,32	9,27	11,18	1,28
Colaboradores	0,05	0,17	0,17	0,24	0,04
GRI	0,00	0,83	1,00	1,00	0,37
Porte	4,83	9,18	9,45	12,80	1,61

Nota: MençõesCS - logaritmo natural da contagem de palavras relacionadas à SCS por relatório; Cliente - critérios da proximidade entre indústria e cliente; ONGAmb - critérios de indústria ambientalmente sensíveis; ONGSoc - critérios relacionados a indústria com intensa expressão de escravidão moderna; Acionista - associação ao ISE; Credor - relação DivLP/Patrimônio líquido; GovAmb - critérios de multa do IBAMA; GovSoc - logaritmo natural do número de multas devido a penalidades trabalhistas; Colaboradores - taxa de associação ao sindicato; GRI - relatório de base GRI; Porte - logaritmo natural do total de funcionários por ano e por empresa.

A mediana para pressão do cliente é 0,5, o que significa dizer que metade das empresas pertencem a setores próximos ao cliente final. A média para ONGAmb e ONGSoc está abaixo de 0,5, o que significa que a maioria das empresas não está sob pressão de ONG ambientais ou sociais. Além disso, a maioria das empresas não recebeu nenhuma multa do IBAMA no período pesquisado – expressa pela pressão GovAmb, que apresentou uma mediana de zero com média próxima ao mesmo número. Tal constatação pode contradizer o fato de que a maioria das empresas são classificadas como integrantes de indústrias ambientalmente sensíveis. Isso leva a duas interpretações possíveis: ou as empresas seguiram as normas ambientais, ou o monitoramento/execução de multas não foi aplicado adequadamente. Os resultados da variável acionista mostram que, em geral, as empresas não estão engajadas nas melhores práticas de divulgação voluntária de relatórios adotadas no Brasil – 67 das 88 empresas não aderiram à iniciativa do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). No entanto, a maior parte da amostra adotou a estrutura GRI durante o triênio (183 dos 220 relatórios). Em relação aos credores, algumas empresas apresentaram valores negativos, o que pode ser explicado pelas perdas no lucro líquido de algumas empresas em anos específicos.

Para rodar o modelo de regressão sem problemas de multicolinearidade, foi produzida uma matriz de correlação de Spearman com as respectivas correlações e significâncias entre variáveis dependentes, independentes e de controle (ver Anexo A). Nesta fase, ONGAmb e ONGSoc apresentaram alta correlação, sendo que a variável ONGAmb foi retirada da equação. Como resultado, não foi possível verificar a hipótese H2 no presente estudo.

Também é interessante notar que setores com maiores índices de filiação sindical (variável colaboradores) tendem a ter mais pessoas resgatadas das condições de trabalho escravo moderno (ONGSoc), 0,35, p-valor 0,00, e menos multas aplicadas por penalidades da legislação trabalhista (GovSoc), -0,3, p-valor 0,00. Em conclusão, parece que a pressão imposta pelos trabalhadores organizados no Brasil teve um impacto positivo na aplicação do direito do trabalho. Mesmo assim, não é possível afirmar que as empresas deixaram de violar as leis trabalhistas em suas cadeias de suprimentos, independentemente das punições legais.

Além disso, as empresas de maior porte mostraram-se significativa e positivamente correlacionadas a infrações à legislação ambiental (GovAmb), 0,26, p-valor 0,00, e adesão ao ISE (acionista), 0,22, p-valor 0,00. Essa última variável, aliás, está geralmente relacionada a adoção da GRI. Nesse sentido, percebe-se um movimento onde empresas que adotam melhores práticas de sustentabilidade estão mais propensas a divulgar relatórios. Essa relação pode ser explicada pelo fato de terem custos marginais para aderir a iniciativas relacionadas a sustentabilidade menores do que os custos para empresas menos responsáveis.

Em seguida, foram realizadas regressões múltiplas utilizando as três principais abordagens para dados em painel. Os métodos OLS agrupado e efeitos fixos e aleatórios foram aplicados para saber qual resultaria em melhores estimativas para o modelo proposto. Os resultados estatísticos estão demonstrados na Tabela 4.

Tabela 4. Modelos de regressão múltipla

	MQO Agrupados			Efeitos Fixos			Efeitos Aleatórios		
	Coefficiente	Erro Padrão	p-valor	Coefficiente	Erro Padrão	p-valor	Coefficiente	Erro Padrão	p-valor
Interceptador	0,652	0,67	0.333	-	-	-	0,75	0,92	0.415
Cliente	0,021	0,12	0.863	-	-	-	0,015	0,18	0.936
ONGSoc	0.390***	0,13	0.004	-	-	-	0.378*	0,2	0.060
Acionista	0.359***	0,14	0.010	0.468*	0,24	0.056	0.415**	0,16	0.011
Credor	0,006	0,01	0.400	0.007*	0,00	0.063	0.007*	0,00	0.069
GovAmb	0,061	0,13	0.644	0,041	0,10	0.686	0,048	0,09	0.600
GovSoc	0,007	0,05	0.878	-0,061	0,18	0.732	0,017	0,07	0.794
Colaboradores	-2.271	1,83	0.216	1,459	6,78	0.830	-1,573	2,38	0.508
GRI	1.484***	0,15	0.000	-0,217	0,47	0.643	1.196***	0,20	0.000
Porte	0.198***	0,04	0.000	0,046	0,28	0.868	0.188***	0,05	0.000
Ano_2016	0,07	0,15	0.632	-0,06	0,24	0.803	0,09	0,10	0.366
Ano_2017	0,034	0,14	0.810	-0,056	0,18	0.762	0,036	0,09	0.684
Adj R ²	45,76%			0,00%			27,71%		
F-estatístico (p-valor)	17.80 (0.000)			0.96 (0.477)			80.81 (0.000)		

*** Significante até 1%, **Significante até 5%, *Significante até 10%

Teste Hausman (χ^2) 16,28

p-valor 0.061

Nota: Cliente - Critérios da proximidade entre indústria e cliente; ONGSoc - critérios relacionados a indústria com intensa expressão de escravidão moderna; Acionista - associação ao ISE; Credor - relação DivLP/Equidade; GovAmb - critérios de multa do IBAMA; GovSoc - logaritmo natural do número de multas devido a penalidades trabalhistas; Colaboradores - taxa de associação ao sindicato; GRI - relatório baseado no GRI; Porte - logaritmo natural do total de funcionários por empresa e ano; Ano_2016 - relatório de sustentabilidade em 2016; Ano_2017 - relatório de sustentabilidade em 2017. Ano_2018 foi excluído porque sua correlação com MençõesCS era zero.

O teste Lagrange-Multiplier foi realizado para saber se o modelo consideraria efeitos e variância no tempo. A hipótese nula foi rejeitada (10,71, p-valor 0,00), ou seja, há um efeito significativo a ser examinado. Em seguida, o teste de Hausman avaliou que tipo de efeito deve ser empregado (fixo ou aleatório), resultando em um valor de qui-quadrado de 16,28 (p-valor = 0,061), aceitando assim a hipótese nula em favor do modelo de efeitos aleatórios. Finalmente, o teste de Breusch-Pagan revelou que o modelo de efeitos aleatórios era homocedástico. A hipótese nula foi aceita, com valor de 15,52 (p-valor = 0,16). No entanto, foi detectada autocorrelação nos testes de Breusch-Godfrey para primeira e segunda ordens (41,94, p-valor 0,00; 44,80, p-valor 0,00, respectivamente). Para corrigir o problema acima e alcançar níveis de erro padrão mais baixos, o estudo empregou a estimativa robusta da matriz de covariância. O método robusto de conjunto Huber/White foi aplicado, gerando os resultados demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5. Regressão de painel aleatório (matriz robusta de covariância Huber/White)

	Efeitos Aleatórios		
	Coefficiente	Erro Padrão	p-valor
Interceptador	0,75	0,86	0.386
Cliente	0,015	0,17	0.931
ONGSoc	0.378**	0,17	0.023
Acionista	0.415**	0,17	0.015
Credor	0.007***	0.00	0.000
GovAmb	0,048	0,07	0.517
GovSoc	0,017	0,06	0.782
Colaboradores	-1.573	2.13	0.460
GRI	1.196***	0,32	0.000
Porte	0.188***	0,05	0.000
Ano_2016	0,09	0,09	0.319
Ano_2017	0,036	0,08	0.670

Adj R²

27,71%

F-estatístico (p-valor)

257.77 (0.000)

*** Significante até 1%, **Significante até 5%, *Significante até 10%

Nota: Cliente - Critérios da proximidade entre indústria e cliente; ONGSoc - critérios relacionados a indústria com intensa expressão de escravidão moderna; Acionista - associação ao ISE; Credor - relação LTDebt/Equidade; GovAmb - critérios de multa do IBAMA; GovSoc - registro natural do número de multas devido a penalidades trabalhistas; Funcionário - taxa de associação ao sindicato; GRI - relatório baseado no GRI; Porte - logaritmo natural do total de funcionários por empresa e ano; Ano_2016 - relatório de sustentabilidade em 2016; Ano_2017 - relatório de sustentabilidade em 2017.

Discussão dos resultados

Na etapa final a pressão do cliente, antes significativa, perdeu significância estatística quando adicionada aos modelos de regressão em painel (0,015, p-valor = 0,93, rejeitando assim H1). O fato da pressão do cliente ter sido anteriormente associada à adoção de SCS (Svensson et al., 2018) e níveis mais altos de relatórios (Okongwu et al., 2013) é uma primeira evidência de que vazios institucionais podem estar influenciando. Em outras palavras, em um contexto em que há falta de transparência em relação a práticas corporativas contestáveis, os clientes têm menos ou nenhuma acessibilidade às informações-chave para apoiar seu julgamento. Além disso, mesmo na posse de informações de práticas contestáveis, eles carecem de ferramentas para impor mudanças (Marques et al., 2021).

Também na fase final a pressão social do governo, antes significativa, perdeu significância estatística quando adicionada aos modelos de regressão em painel (0,017, p-valor = 0,78, rejeitando H7), e a pressão ambiental permaneceu sem relevância (0,048, p-valor = 0,52, rejeitando H6). Tomadas em conjunto, a não significância de ambas as pressões governamentais reforça o argumento de que existem vazios institucionais, caracterizando a fraca aplicação da lei (Khanna & Palepu, 1997).

Em linha com os resultados anteriores (rejeição de H1, H6 e H7), a pressão dos colaboradores também não foi relevante (-1,573, p-valor = 0,46, rejeitando H8). Essa quarta rejeição completa

um conjunto de resultados que corroboram a presença de vazios institucionais em um país do Sul Global. Pesquisas anteriores mostraram a presença da pressão dos colaboradores no Norte Global. Na Alemanha, por exemplo, os funcionários foram percebidos como o fator mais influente para a adoção de SCS (Maas et al., 2018). No entanto, vazios relacionados à fraca profissionalização e sindicalização podem dificultar a pressão dos colaboradores e essa falta de associação foi verificada no presente estudo.

Em relação às pressões das ONGs, enquanto as ambientais (H2) apresentaram redução no decorrer da análise dos dados, a pressão das ONGs sociais foi confirmada (0,378, p-valor = 0,02, confirmando assim H3). Isso pode indicar a crescente presença de ONGs na arena corporativa e se alinha com pesquisas recentes que discutem o papel de stakeholders não tradicionais (Tate et al., 2010).

Voltando nossa atenção para as demais hipóteses, vemos que a pressão dos acionistas foi confirmada (0,415, p-valor = 0,01, acatando H4). A pressão dos acionistas foi apontada como positiva para a divulgação de relatórios entre as empresas alemãs de capital aberto (Gamerschlag et al., 2011) e como um indicador de maior qualidade de relatórios em um estudo multinacional (Vitolla et al., 2019). No entanto, essas pesquisas estavam analisando a pressão dos acionistas sob a perspectiva de sua concentração. Aqui, ao contrário, inovamos ao examinar a orientação de longo prazo dos acionistas. O fato de uma associação ter sido encontrada pode indicar que, no contexto de vazios institucionais, os acionistas orientados para o longo prazo surgem como um dos principais impulsionadores da divulgação de relatórios de SCS. Na verdade, a correlação aqui foi a mais forte entre todos os fatores testados.

Em consonância com o encontrado em H4, a pressão do credor também foi confirmada (0,007, p-valor = 0,00, confirmando a H5). Ela foi considerada positiva para a adoção e divulgação de relatórios de SCS. Kalu et al. (2016) encontraram uma relação positiva entre a divulgação voluntária de emissão de carbono e a pressão dos credores entre as empresas da Malásia. Yunus et al. (2020) descobriram que a influência dos credores entre as empresas australianas de capital aberto impulsiona as estratégias de redução de carbono. A implicação desses resultados é dupla. Enquanto Chithambo et al. (2020) encontraram uma associação negativa entre credor e divulgação de relatórios, seu foco foi na alavancagem de crédito. Em nosso estudo, o foco mudou para a orientação de longo prazo do credor. O fato de o estudo apresentar uma associação positiva corrobora resultados da orientação de longo prazo observados no caso dos acionistas e, juntos, indicam que ambas as fontes de financiamento – investidores e credores – podem estar associadas a avanços na divulgação de relatórios de SCS (Chan et al., 2013). Isso também reflete a tendência recente na análise de financiamento com base em ESG.

As duas hipóteses finais também podem ser discutidas em conjunto. Em primeiro lugar, a adoção da GRI exibiu uma associação positiva com a divulgação de relatórios de SCS (1,196, p-valor = 0,00, acatando H9), e a variável de controle para porte (número de funcionários) também foi confirmada (0,378, p-valor = 0,02). Os resultados estão de acordo com Gamerschlag et al. (2011), Chithambo et al. (2020), e Kalu et al. (2016), que consideraram o número de ativos em vez do número de funcionários como proxy para porte. Embora a adoção da estrutura GRI seja uma indicação de conhecimento e maturidade nos relatórios de SCS, esse tipo de relatório também é caro e, portanto, espera-se que sejam adotados com mais frequência por empresas

maiores, ou seja, a disponibilidade de recursos pode explicar esses resultados. O planejamento, elaboração e execução de relatórios de sustentabilidade, juntamente com a aderência aos padrões GRI, exigem recursos humanos e financeiros que, muitas vezes, não estão disponíveis para empresas menores (Svensson et al., 2018).

CONCLUSÃO

Principais contribuições para a teoria e a prática

Esse estudo oferece evidências complementares à literatura ao analisar a associação entre as pressões dos stakeholders e os níveis de divulgação de relatórios de SCS (Okongwu et al., 2013) e delinea contribuições para a teoria e a prática em relação ao estudo de vazios institucionais e SCS.

Implicações teóricas emergem dos resultados que mostram que fatores associados a divulgação de relatórios de SCS podem ser agrupados em três perspectivas. Primeiramente, não foi encontrada associação entre as pressões de clientes, funcionários e governo para a divulgação de relatórios de SCS. Isso implica que, em um contexto de baixa aplicação da lei e fraca profissionalização e sindicalização, a pressão desses grupos de stakeholders pode ser prejudicada (Khanna & Palepu, 1997). Em segundo, pesquisas futuras devem aprofundar essas interações entre as diferentes pressões de stakeholders e relatórios, o que pode levar ao refinamento da teoria dos stakeholders e do conceito de relevância desses atores no contexto do Sul Global (Ali, 2015). Por outro lado, nosso estudo mostra uma associação positiva entre as pressões relacionadas ao financiamento de longo prazo (acionistas e credores) e a divulgação de relatórios de SCS. A perspectiva de longo prazo dessas duas variáveis mostra novas evidências sobre a associação de financiamento e relatórios, em linha com pesquisas recentes (Kim et al., 2019). Por fim, a terceira perspectiva diz respeito à adoção da GRI e ao porte da empresa, o que pode ser um reflexo do acesso a recursos. O perfil das empresas que lideram os relatórios de SCS está associado à pressão de fontes de financiamento, adesão a padrões e acesso a recursos.

Implicações práticas emergem da associação entre a divulgação de relatórios de SCS e o perfil de longo prazo das fontes de financiamento. Isso dá uma indicação para as empresas de que acionistas e credores com orientação de longo prazo podem influenciar não apenas os relatórios financeiros, mas também os relatórios de sustentabilidade (García-Sánchez et al., 2020). Também corrobora a importância da adesão às normas. Em última análise, chama a atenção para o fato de que, mesmo em países caracterizados por vazios institucionais, ainda pode haver pressões crescentes para a divulgação de relatórios de SCS, i.e., quando a legislação falha, outras pressões podem eventualmente substituí-la. Embora sejam necessárias mais pesquisas sobre essa questão, pode-se argumentar que as empresas que não estão avançando no caminho para uma mais sofisticada divulgação de relatórios de SCS, mesmo quando operando em contextos de vazios institucionais, estarão cada vez mais sujeitas a desafios impostos pelo mercado.

Limitações do estudo e pesquisas futuras

Nosso estudo é baseado na autodivulgação, no entanto, é plausível acreditar que algumas empresas podem não divulgar impactos relevantes de suas atividades, bem como podem não ter mencionado projetos estratégicos que não desejam tornar públicos. As empresas podem se envolver em relatórios seletivos e divulgar apenas “boas notícias” (Sodhi & Tang, 2019). Além disso, menções a questões da cadeia de suprimentos não garantem a qualidade das práticas relatada e nosso foco foi a elaboração de relatórios, e não as práticas em si. Estudos futuros complementando os dados de notificação com dados primários (entrevistas e outros métodos de coleta de dados) poderiam avaliar melhor a qualidade das práticas de SCS relatadas.

Esse estudo considera apenas a GRI como uma estrutura. A GRI atualmente reconhece a necessidade de melhorar seu foco na SCS. Por exemplo, Mancini e Sala (2018) constataram que alguns aspectos de saúde e segurança não foram incluídos nas diretrizes G4 (versão vigente em 2021); o que foi o mesmo caso observado no caso de más condições de trabalho. A crescente atenção dedicada às cadeias de suprimentos deve servir como um sinal, tanto para a GRI quanto para as empresas, da importância dos relatos de SCS.

A ausência de empresas não listadas publicamente no mercado de ações é explicada pela falta de informações disponíveis. Na maioria dos países (e o Brasil não é exceção), grande parte das pequenas e médias empresas não tem capital aberto. Estudos futuros devem encontrar formas de incorporar essa parcela de empresas na análise dos dados, embora seja uma empreitada desafiadora.

Por fim, a escassez de informações sobre o Sul Global exige mais estudos em outros países, além do Brasil, para confirmar o papel dos vazios institucionais. O atual desprovimento de estudos focados na região deixa dúvidas quanto às representações adequadas para cada pressão dos stakeholders e outras questões próprias das empresas que ali atuam. Os proxies de regulação, por exemplo, foram particularmente difíceis de serem definidos devido à ausência de fiscalização sistemática.

REFERÊNCIAS

- Ali, M. A. (2017) Stakeholder salience for stakeholder firms: an attempt to reframe an important heuristic device. *Journal of Business Ethics*, 144, 153-168. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2819-6>
- Austin, R. D., & Upton, D. M. (2016). Leading in the age of super-transparency. *MIT Sloan Management Review*, 57(2), 24-32. <https://doi.org/10.1109/emr.2016.7559059>
- B3. (n.d.). *O que é o ISE B3*. Recuperado de <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>
- Barkemeyer, R., Preuss, L., & Lee, L. (2015). On the effectiveness of private transnational governance regimes-Evaluating corporate sustainability reporting according to the Global Reporting Initiative. *Journal of World Business*, 50(2), 312-325. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2014.10.008>
- Benstead, A. V., Hendry, L. C., & Stevenson, M. (2018). Horizontal collaboration in response to modern slavery legislation: An action research project. *International Journal of Operations & Production Management*, 38(12), 2286-2312. <https://doi.org/10.1108/ijopm-10-2017-0611>

- Bird, Y., Short, J. L., & Toffel, M. W. (2019). Coupling labor codes of conduct and supplier labor practices: The role of internal structural conditions. *Organization Science*, 30(4), 847-867. <https://doi.org/10.1287/orsc.2018.1261>
- Brazilian Ministry of Economy. (n.d.). Radar SIT. Recuperado de <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>
- Carter, C. R., & Rogers, D. S. (2008). A framework of sustainable supply chain management: moving toward new theory. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, 38(5), 360-387. <https://doi.org/10.1108/09600030810882816>
- Chan, M. C., Watson, J., & Woodliff, D. (2013). Corporate governance quality and CSR disclosures. *Journal of Business Ethics*, 125(1), 59-73. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1887-8>
- Chithambo, L., Tingbani, I., Agyapong, G. A., Gyapong, E., & Damoah, I. S. (2020). Corporate voluntary greenhouse gas reporting: Stakeholder pressure and the mediating role of the chief executive officer. *Business Strategy and the Environment*, 29(4), 1666-1683. <https://doi.org/10.1002/bse.2460>
- Dubey, R., Gunasekaran, A., Childe, S. J., Papadopoulos, T., & Wamba, S. F. (2017). World class sustainable supply chain management: Critical review and further research directions. *International Journal of Logistics Management*, 28(2), 332-362. <https://doi.org/10.1108/IJLM-07-2015-0112>
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2014). Effect of stakeholders' pressure on transparency of sustainability reports within the GRI framework. *Journal of Business Ethics*, 122(1), 53-63. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1748-5>
- Fuente, J. A., García-Sánchez, I. M., & Lozano, M. B. (2017). The role of the board of directors in the adoption of GRI guidelines for the disclosure of CSR information. *Journal of Cleaner Production*, 141, 737-750. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.09.155>
- Gamerschlag, R., Möller, K., & Verbeeten, F. (2011). Determinants of voluntary CSR disclosure: Empirical evidence from Germany. *Review of Managerial Science*, 5(2), 233-262. <https://doi.org/10.1007/s11846-010-0052-3>
- García-Sánchez, I. M., Gómez-Miranda, M. E., David, F., & Rodríguez-Ariza, L. (2019a). Analyst coverage and forecast accuracy when CSR reports improve stakeholder engagement: The global reporting initiative-international finance corporation disclosure strategy. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(6), 1392-1406. <https://doi.org/10.1002/csr.1755>
- García-Sánchez, I. M., Gómez-Miranda, M. E., David, F., & Rodríguez-Ariza, L. (2019b). The explanatory effect of CSR committee and assurance services on the adoption of the IFC performance standards, as a means of enhancing corporate transparency. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 10(5), 773-797. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-09-2018-0261>
- García-Sánchez, I. M., Rodríguez-Ariza, L., Aibar-Guzmán, B., & Aibar-Guzmán, C. (2020). Do institutional investors drive corporate transparency regarding business contribution to the sustainable development goals? *Business Strategy and the Environment*, 29(5), 2019-2036. <https://doi.org/10.1002/bse.2485>
- Global Reporting Initiative. (2013). Sustainability topics for sectors: What do stakeholders want to know? *GRI Research & Development Series*. Recuperado de <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/>
- Gold, S., Kunz, N., & Reiner, G. (2017). Sustainable global agrifood supply chains: exploring the barriers. *Journal of Industrial Ecology*, 21(2), 249-260. <https://doi.org/10.1111/jiec.12440>
- Hahn, R., Reimsbach, D., & Schiemann, F. (2015). Organizations, climate change, and transparency: Reviewing the literature on carbon disclosure. *Organization and Environment*, 28(1), 80-102. <https://doi.org/10.1177/1086026615575542>

- Huang, C. L., & Kung, F. H. (2010). Drivers of environmental disclosure and stakeholder expectation: Evidence from Taiwan. *Journal of Business Ethics*, 96(3), 435-451. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0476-3>
- Huq, F. A., & Stevenson, M. (2018). Implementing socially sustainable practices in challenging institutional contexts: Building theory from seven developing country supplier cases. *Journal of Business Ethics*, 0(0), 1-28. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3951-x>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Características adicionais do mercado de trabalho: 2018*. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101694>
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. (n.d.). *Consulta de autuações ambientais e embargos*. Recuperado de <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>
- Islam, M. A., Jain, A., & Thomson, D. (2016). Does the global reporting initiative influence sustainability disclosures in Asia-Pacific banks? *Australasian Journal of Environmental Management*, 23(3), 298-313. <https://doi.org/10.1080/14486563.2016.1174625>
- Jia, F., Zuluaga-Cardona, L., Bailey, A., & Rueda, X. (2018). Sustainable supply chain management in developing countries: An analysis of the literature. *Journal of Cleaner Production*, 189, 263-278. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.03.248>
- Kalu, J. U., Buang, A., & Aliagha, G. U. (2016). Determinants of voluntary carbon disclosure in the corporate real estate sector of Malaysia. *Journal of Environmental Management*, 182, 519-524. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2016.08.011>
- Khanna, T., & Palepu, K. (1997). Why focused strategies may be wrong for emerging markets. *Harvard Business Review*, 75, 41-51. Recuperado de <https://hbr.org/1997/07/why-focused-strategies-may-be-wrong-for-emerging-markets>
- Kim, S., Wagner, S. M., Colicchia, C. (2019) The impact of supplier sustainability risk on shareholder value. *Journal of Supply Chain Management*, 55(1), 71-87. <https://doi.org/10.1111/jscm.12188>
- Kuzey, C., & Uyar, A. (2017). Determinants of sustainability reporting and its impact on firm value: Evidence from the emerging market of Turkey. *Journal of Cleaner Production*, 143, 27-39. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.12.153>
- Lo, C. K. Y., Pagell, M., Fan, D., Wiengarten, F., & Yeung, A. C. L. (2014). OHSAS 18001 certification and operating performance: The role of complexity and coupling. *Journal of Operations Management*, 32(5), 268-280. <https://doi.org/10.1016/j.jom.2014.04.004>
- Maas, S., Schuster, T., & Hartmann, E. (2018). Stakeholder pressures, environmental practice adoption and economic performance in the German third-party logistics industry: A contingency perspective. *Journal of Business Economics*, 88(2), 167-201. <https://doi.org/10.1007/s11573-017-0872-6>
- Mancini, L., & Sala, S. (2018, February). Social impact assessment in the mining sector: Review and comparison of indicators frameworks. *Resources Policy*, 57, 98-111. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2018.02.002>
- Marques, L. (2019). Sustainable supply network management: A systematic literature review from a knowledge perspective. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 68(6), 1164-1190. <https://doi.org/10.1108/ijppm-12-2017-0329>
- Marques, L., Erthal, A., Schott, C. S. C. M., & Morais, D. (2021). Inhospitable accessibility and blurred liability: Institutional voids in an emerging economy preventing supply network transparency. *Brazilian Administration Review*, 18(2), 1-28. <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2021200078>

- Marshall, D., McCarthy, L., McGrath, P., & Harrigan, F. (2016). What's your strategy for supply chain disclosure? *MIT Sloan Management Review*, 57(2), 36-45. Recuperado de <http://mitsmr.com/1NIH2w0>
- Meixell, M. J., & Luoma, P. (2015). Stakeholder pressure in sustainable supply chain management: A systematic review. *International Journal of Physical Distribution and Logistics Management*, 45(1), 69-89. <https://doi.org/10.1108/IJPDLM-05-2013-0155>
- Mentzer, J. T., DeWitt, W., Keebler, J. S., Min, S., Nix, N. W., Smith, C. D., & Zacharia, Z. G. (2001). Defining supply chain management. *Journal of Business Logistics*, 22(2), 1-25. <https://doi.org/10.1002/j.2158-1592.2001.tb00001.x>
- Miniaoui, Z., Chibani, F., & Hussainey, K. (2019). The impact of country-level institutional differences on corporate social responsibility disclosure engagement. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(6), 1307-1320. <https://doi.org/10.1002/csr.1748>
- Okongwu, U., Morimoto, R., & Lauras, M. (2013). The maturity of supply chain sustainability disclosure from a continuous improvement perspective. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 62(8), 827-855. <https://doi.org/10.1108/IJPPM-02-2013-0032>
- Rashidfarokhi, A., Toivonen, S., & Viitanen, K. (2018). Sustainability reporting in the nordic real estate companies: Empirical evidence from Finland. *International Journal of Strategic Property Management*, 22(1), 51-63. <https://doi.org/10.3846/ijspm.2018.321>
- Reimsbach, D., Schiemann, F., Hahn, R., & Schmiedchen, E. (2019). In the eyes of the beholder: Experimental evidence on the contested nature of materiality in sustainability reporting. *Organization and Environment*. 33(4), 624-651 <https://doi.org/10.1177/1086026619875436>
- Reporter Brasil. (n.d.). *Trabalho escravo existe no Brasil: Saiba o que é*. Recuperado de http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Folder_Trabalho-escravo-existe_Assistencia-Social_atualizado_web.pdf
- Schmidt, C. G., Foerstl, K., & Schaltenbrand, B. (2017). The supply chain position paradox: Green practices and firm performance. *Journal of Supply Chain Management*, 53(1), 3-25. doi: <https://doi.org/10.1111/jscm.12113>
- Silvestre, B. S. (2015). Sustainable supply chain management in emerging economies: Environmental turbulence, institutional voids and sustainability trajectories. *International Journal of Production Economics*, 167, 156-169. <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2015.05.025>
- SmartLab MPT/OIT. (2017). *Observatorio digital do trabalho escravo no Brasil* (Vol. 1). Recuperado de <https://smartlabbr.org/escravo-v1/>
- Sodhi, M. M. S., & Tang, C. S. (2019). Research opportunities in supply chain transparency. *Production and Operations Management*, 28(12), 2946-2959. <https://doi.org/10.1111/poms.13115>
- Stevenson, M., & Cole, R. (2018). Modern slavery in supply chains: A secondary data analysis of detection, remediation and disclosure. *Supply Chain Management: An International Journal*, 12(3), 81-99. <https://doi.org/10.1108/scm-11-2017-0382>
- Svensson, G., Ferro, C., Hogevoid, N., Padin, C., & Varela, J. C. S. (2018). Developing a theory of focal company business sustainability efforts in connection with supply chain stakeholders. *Supply Chain Management*, 23(1), 16-32. <https://doi.org/10.1108/SCM-12-2015-0461>
- Sweeney, L., & Coughlan, J. (2008). Do different industries report corporate social responsibility differently? An investigation through the lens of stakeholder theory. *Journal of Marketing Communications*, 14(2), 113-124. <https://doi.org/10.1080/13527260701856657>

- Tate, W. L., Ellram, L. M., & Kirchoff, J. F. (2010). *Corporate social responsibility reports: A thematic analysis related to supply chain management*. *Journal of Supply Chain Management*, 46(1), 19-44. <https://doi.org/10.1111/j.1745-493X.2009.03184.x>
- The Minderoo Foundation. (2018). *The global slavery index*. Recuperado de <https://www.globallslaveryindex.org/resources/downloads/>
- Tran, M., & Beddewela, E. (2020). *Does context matter for sustainability disclosure? Institutional factors in Southeast Asia*. *Business Ethics*, 29(2), 282-302. <https://doi.org/10.1111/beer.12265>
- Vitolla, F., Raimo, N., Rubino, M., & Garzoni, A. (2019). *How pressure from stakeholders affects integrated reporting quality*. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(6), 1591-1606. <https://doi.org/10.1002/csr.1850>
- Wilhelm, M. M., Blome, C., Bhakoo, V., & Paulraj, A. (2016). *Sustainability in multi-tier supply chains: Understanding the double agency role of the first-tier supplier*. *Journal of Operations Management*, 41, 42-60. <https://doi.org/10.1016/j.jom.2015.11.001>
- Yadava, R. N., & Sinha, B. (2016). *Scoring sustainability reports using GRI 2011 Guidelines for assessing environmental, economic, and social dimensions of leading public and private Indian companies*. *Journal of Business Ethics*, 138(3), 549-558. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2597-1>
- Yunus, S., Elijido-ten, E. O., & Abhayawansa, S. (2020). *Impact of stakeholder pressure on the adoption of carbon management strategies*. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 11(7), 1189-1212. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-04-2019-0135>

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Rodrigo Freire Lins: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Alice Erthal: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Leonardo Marques: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.